

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARILU RAMOS DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS
DE ENSINO REGULAR**

**Aracaju – SE
2014**

MARILU RAMOS DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS
DE ENSINO REGULAR**

Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de conclusão de curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia

Orientador: Prof. Ma. Priscila Randow.

**Aracaju – SE
2014**

MARILU RAMOS DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS
DE ENSINO REGULAR**

Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de conclusão de curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Priscila Christina Borges Dias Randow

Prof. Ma. Alda Valéria de Melo Carvalho

Aprovado (a) com média:_____

Aracaju (SE), _____ de _____ de _____

A INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

* Marilu Ramos dos Santos¹

RESUMO

O processo de inclusão da criança surda necessita de leis, atendimento especializado e ferramenta pedagógica para atender as necessidades e especificidades do educando, ofertando uma educação de qualidade com acesso e garantia. Este artigo teve como questão norteadora: Como as escolas podem lidar eficazmente com a inclusão de surdos no ensino regular? Desta forma, o objetivo da pesquisa foi destacar a importância de inclusão da criança surda na educação infantil no ensino regular, abordando o processo de inclusão com base em análise de materiais bibliográficos como: livros, artigos e sites especializados na temática, buscando compreender a importância do tema. Constatou-se através das análises, que educação inclusiva da criança surda precisa de atendimento especializado para melhoria da qualidade da educação e sua comunicação.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Especial. Família. Escola.

ABSTRACT

The process of inclusion of deaf children need laws, specialized care and teaching tool to meet the needs and characteristics of learners, offering quality education with access and security. This article had as its guiding question: how schools can deal effectively with the inclusion of the deaf in regular education? Thus, the objective of the research was to highlight the importance of inclusion of deaf children in early childhood education in regular schools, focusing on the process of inclusion based on analysis of bibliographic materials such as books, articles and websites, specialized in the subject, trying to understand the importance of the topic. It was found through analysis that inclusive education of deaf children need specialized care programs for improving the quality of education and communication.

Keywords: Inclusion. Special Education. Family. School.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação é um direito de todos os cidadãos, assegurando-se a igualdade de oportunidades. Segundo a Constituição Brasileira de 1998, no art.

¹ Graduando em Pedagogia pela Faculdade Amadeus/SE. E-mail:marilu_ramos82@hotmail.com

205, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). No entanto, nem todas as pessoas têm a oportunidade e acesso à educação. Nesse sentido, a LDB no artigo 58, inciso III afirma: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 2011, p. 45).

A Educação especial, uma forma de ensino oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência especiais. A inclusão da criança surda na educação infantil visa oferecer uma educação específica de qualidade para as crianças surdas que por algum motivo específico teve a perda auditiva como: hereditariedade, vírus e bactérias, doenças transmissíveis, usos de drogas (FREEMAN; CARBIN; BOESE, 1999). Elas perderam a sua audição e nem por isso lhes faltam força de vontade para aprendizagem. Essa educação visa sua integração na sociedade e seu desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, sendo direcionado pela família e comunidade. Contudo, a educação especial é definida, a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino.

A LDBEN (9394/96) determina a inserção na Educação Infantil da Educação Básica, identificando de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para a realização de sua finalidade. Afirmada no Art. 22, a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A educação infantil corresponde a primeira etapa da educação básica é traçada na perspectiva da educação inclusiva, reconhecida como educação institucionalizada, progredindo para transformação do sujeito, sendo seu currículo constituído das seguintes formas, devendo ser funcionais, buscando meios úteis e práticas para favorecer: o desenvolvimento das competências sociais; o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade; e a inclusão do aluno na sociedade. Consta no Referencial Curricular da Educação Especial que deve ser ofertado um ensino em turno contrário para as crianças terem um melhor desenvolvimento em atividades e na sua vida.

Convém frisar que os alunos têm direitos a professores capacitados para darem aula ou intérpretes na sua comunicação, interação e compreensão das atividades propostas. Tendo acesso aos recursos didáticos pedagógicos disponíveis na escola.

Entretanto, a realidade que envolve a inclusão não é fácil, pois essa forma de ensino é pouco ofertada e não está necessariamente adequada ao paradigma que rege a constituição. Esse enquadramento inclusivo gera consequências, como por exemplo, a evasão, a má estrutura da escola, professores sem qualificações, a redução de matrículas, as técnicas e métodos de ensino que na maioria das vezes não são adequadas, dentre outros.

A Educação Especial a cada ano vem aumentando os índices de matrículas, dentro das escolas, mas ainda assim, é muito forte a dificuldade enfrentada para solidificar esse processo. Também percebe-se que a inclusão fica em segundo plano pelas próprias pessoas com deficiência, que não procura seus direitos, ou simplesmente perdem o interesse por não se sentirem parte do ambiente. Tem-se, ainda os governantes que não tomam determinadas decisões para poder ampliar essa modalidade e alfabetizar essa clientela, oferecendo um ensino de qualidade ao público alvo.

Segundo o MEC (1995, s/p),

o objetivo último da Declaração Mundial sobre Educação para Todos é satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. O esforço de longo prazo para a consecução deste objetivo pode ser sustentado de forma mais eficaz, uma vez estabelecidos os objetivos intermediários e medidos os progressos realizados. Autoridades competentes, aos níveis nacional e estadual, podem tomar a seu cargo o estabelecimento desses objetivos intermediários, levando em consideração tanto os objetivos da Declaração quanto às metas e prioridades gerais do desenvolvimento nacional.

A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21 *apud* MARTINS *et.al.*, 2010, p.19).

A educação inclusiva é inserir na escola todos os educandos com deficiência ou não, independentemente de sua deficiência, raça, cultura, classe, as escolas devem está adaptada para recebê-los sem discriminação atendendo suas

necessidades. O processo de construção da inclusão está proporcionado uma sociedade de igualdade e qualidade de vida, as pessoas com necessidades que são capazes de realizar atividades em seu cotidiano, mostrando a sociedade ditas normais que as diferenças e semelhanças não são obstáculos para o desenvolvimento do cidadão, contudo não se restringir num determinado espaço.

A formação de professores deve ser concebida como um *continuum*, associada à compreensão do desenvolvimento profissional. Em outras palavras, formar “uma variedade de formas de aprendizagem” (BAUMEL; RIBEIRO, 2003, p. 30).

Por isso, o alfabetizador tem um papel muito importante na Educação Especial, pois ele precisa focar nas técnicas e métodos de ensino para oferecer um ensino diferenciado, incentivando o educando a continuar com os estudos mesmo em meios aos obstáculos. “Pela educação, queremos mudar o mundo, a começar pela sala de aula, pois as grandes transformações não se dão apenas como resultantes dos grandes gestos, mas de iniciativas cotidianas, simples e persistentes” (GADOTTI; ROMÃO, 2001, p. 65).

O manejo de classe eficiente é um ingrediente necessário para um ensino eficiente. Os professores de turmas inclusivas podem ter proveito, aumentando seu repertório de habilidades de manejo de conteúdo, regras e conduta, e fortalecendo essas habilidades para ensinar mais eficientemente a todas as crianças (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 350).

Portanto, as estratégias de ensino são necessárias ao ensino inclusivo na qual vão dando suporte aos docentes a conhecer o aluno quanto a sua educação informal, conduzindo a modificações quando preciso, desenvolvendo habilidades para ensinar conteúdo, relacionamento com outros colegas, aceitação dos demais colegas, aprendizagem, comportamentos que ajuda na inclusão e assimilação de informações.

O presente artigo visou apresentar a importância da inclusão da criança surda na educação infantil para aprendizagem, desenvolvimento, inserção na sociedade e comunicação. A motivação surgiu ao verificar como a inclusão da criança surda na educação infantil de ensino regular pode ajudar positivamente, no processo de ensino-aprendizagem Assim teve como questão norteadora: Como as escolas podem lidar eficazmente com a inclusão de surdos no ensino regular?

Desta forma o trabalho apresenta como objetivo geral pesquisar sobre o processo de inclusão da criança surda na educação infantil das escolas de ensino regular e como objetivos específicos: conhecer o histórico da educação dos surdos no Brasil; identificar as leis que garantem o acesso e permanência da criança surda nas escolas de ensino regular; explicar o processo de inclusão da criança surda nas escolas de ensino regular; compreender o papel da família no processo de inclusão e aprendizagem da criança surda.

A metodologia foi qualitativa tendo como base a análise bibliográfica de artigos, livros e sites especializados, a qual auxiliou o resultado e discussão da pesquisa. Para tanto, procurou-se livros didáticos que contemplou o assunto em questão, sendo descartados aqueles que não atendiam aos objetivos deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Um breve histórico da educação dos surdos no Brasil

Para entendermos a importância da inclusão da criança surda na educação infantil, buscou-se na história da educação informações sobre o atendimento educacional da pessoa com deficiência, até o século XVIII. As noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. “As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criadores” (MAZZOTTA, 2001, p. 16).

Durante muitos anos, as pessoas surdas eram consideradas seres diferentes e incapazes, sendo excluídos pela sociedade. Com o passar dos anos, suas lutas constantes foram ganhando rigidez e apoio de pessoas com deficiência, abrindo caminhos para o espaço na sociedade. A inclusão do surdo perpassa por alguns séculos, partindo de várias manifestações, na qual resultou na garantia de seus direitos e acesso à educação.

A partir do século XIX na década de cinquenta, que a educação de deficientes foi incluída na política educacional brasileira, quando Dom Pedro II, por influência de um cego brasileiro chamado José Álvares de Azevedo, fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, amparado pelo decreto Imperial nº 1.428 de

12 de setembro de 1854. E três anos após a fundação do Instituto Benjamim Constant, foi fundado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, sendo escolas de atendimento especial que assistam a meninos surdos com idade entre 7 e 14 anos. A criação desta escola ocorreu por causa do francês Ernesto Huet e hoje é referência nacional na educação do surdo, denominada atualmente de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (MAZZOTA, 2001).

Outro instituto brasileiro importante para o atendimento de surdos foi Instituto Santa Terezinha. Esse instituto é mantido pela congregação das irmãs de Nossa Senhora do Calvário que até 1970 funcionou em regime de internato para meninas surdas. Em 1970 deixou de funcionar em regime de externato para meninas e meninos. Na mesma ocasião, iniciou o trabalho de integração de alunos deficientes auditivos no ensino regular.

Na década de 1970, na vigência da Lei nº 5.692/71 a escola brasileira caracterizou-se pelo forte discurso de democratização do ensino, aumentando o número de alunos de todas as camadas sociais que se matricularam em escolas e gerando as primeiras preocupações com o fracasso escolar, principalmente de grupos minoritário (CASTRO, 2003, p. 44).

O processo de inclusão é um trabalho árduo que permeia por muitos anos, que devido à falta de informações a sociedade gera exclusão, ou seja, não aceitação das pessoas com necessidades especiais, gerando um desconforto também para a família que é coparticipante em suas lutas. No entanto, a escola coloca a responsabilidade no professor em fazer sozinha a inclusão.

De acordo com o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, deve ser garantido o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização (BRASIL, 2005).

Com novos pensamentos, foram surgindo novas propostas e aceitação das pessoas com deficiência, constituindo novas ferramentas pedagógicas na área educacional, possibilitando mudanças necessárias à retomada da missão proposta, englobando todos os seguimentos da instituição e ultrapassa amplamente as questões das aprendizagens individuais, buscando mudanças na organização.

2.2 Leis e decretos: Garantia de inclusão

A educação está voltada a uma sociedade alienada na qual o sistema impõe os costumes, ética da classe dominante e as pessoas se limitam aprender o discurso já implantado, querendo formar seres não pensantes. Porém, as pessoas estão reagindo ao sistema lutando por seus direitos e inclusive o acesso das pessoas com deficiência na sociedade.

Com base no MEC (2003, s/p):

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de Junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providencialmente de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89 “a pessoa com deficiência têm direito à educação pública e gratuita e, preferencialmente, na rede regular de ensino, e, ainda, se for o caso, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996).

As pessoas com surdez que cada vez mais lutam em busca de seus direitos estão amparadas por diversas leis que garantem o seu acesso e permanência nas escolas de ensino regular. A lei nº. 7.853 de 24 de outubro de 1989 dá direito às pessoas Portadoras de Deficiência ter acesso à educação, a partir de zero ano em níveis de ensino obrigatório e individualizado.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico é de extrema importância ao desenvolvimento do surdo, com práticas pedagógicas que atendam a necessidade do aluno e professores capacitados para esse atendimento em escolas, centros de atendimento especializado. Sendo obrigatória a participação da família na sua inserção escolar, mostrando o interesse e disponibilidade na progressão do aprendizado e inclusão da criança na sociedade, que começa desde o espaço informal ao formal.

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para e para as escolas, que devem sentar-se na busca

de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades (MARTINS et. al., 2010, p. 20).

Para que a educação inclusiva aconteça na prática, é necessária uma gestão democrática e comprometida em liderar sua equipe, adjunto consigam rever o projeto político pedagógico, abrindo a flexibilidade e suas mudanças tanto na prática pedagógica quanto na estrutura da instituição, tornando-se acessível e atendendo as necessidades do docente de modo que o aluno desenvolva suas habilidades, competências e sinta-se incluso no meio que vive.

Educação é um processo para qual convergem inúmeras variáveis, inclusive a motivação de cada um de nós, somada á crença de que somos agentes de mudança, de que a educação é também, um ato político, do qual somos coparticipantes em busca do exercício da cidadania plena de todos os nossos alunos (CARVALHO, 2010. p. 159).

Para que se possa incluir, deve-se respeitar e querer desenvolver o indivíduo em todos os aspectos dentro do processo de aprendizagem. Deve haver a inclusão social, respeitando a criança portadora de necessidades especiais, possibilitando-a da convivência com os indivíduos ditos normais, através de trocas, dando-lhes assim, condições necessárias para a aprendizagem e o ajustamento social.

Os profissionais comprometidos com a proposta da inclusão devem acreditar no potencial, no desempenho e no que os surdos são capazes de fazer. Uma pessoa quando abarca no programa de inclusão não deve ser classificado como “coitado”, deve ser tratado com a visão de garantir acesso e a participação ativa, cobrando normalmente suas tarefas e deveres em cima das possibilidades de empenho e produtividade (PINTO, 2010, p. 116).

O docente como agente participativo que dará suporte ao surdo em suas atividades, auxiliando quando necessário, estabelecendo prazos de entrega, proporcionando estudos de investigação na qual o discente vai adquirindo conhecimentos que permeia na sua realidade. Acreditando em sua potencialidade, capacidade de aprendizagem que é estimulada diante da prática pedagógica correta a sua especificidade, garantindo a sua inclusão e participação coletiva nos grupos que frequenta. “O dia a dia da sala de aula, desde que submetido a uma avaliação crítica e compartilhada, pode ser mais útil ao professor do que o conjunto de livros

ou de apontamentos que acabam no fundo de uma gaveta ou das prateleiras” (CARVALHO, 2010, p. 161).

As universidades precisam assumir, de forma cada vez mais efetiva, o seu papel de formadores de profissionais de ensino para atuar frente à diversidade do alunado, nos diversos níveis de ensino. Essa formação, no entanto, não deve se esgotar na graduação, mas ser um *continuum* (MARTINS, *et al.*, 2010, p. 21).

Elemento fundamental, em se tratando da importância das universidades nesse processo, é a percepção dos novos conhecimentos postos diante da realidade dos sujeitos da educação especial. As universidades de ensino superior devem pensar em formas de abordagem dessa realidade dentro dos cursos de licenciaturas, pois esse profissional vai trabalhar com alunos da Educação Especial dentro de realidades que precisam estar atentos para possibilidades diferentes de desenvolvimento de suas práticas educativas, bem como, discutindo as práticas pedagógicas como meio de melhorar os métodos de alfabetização de crianças surdas.

Não existe, porém, uma receita a ser seguida. É importante que o professor seja apoiado e orientado, no cotidiano escolar, de maneira a ser capaz de refletir de maneira crítica e constante sobre sua prática, com base em recursos teóricos e metodológicos, a fim de recriá-la constantemente (MARTINS, *et al.*, 2010, p. 21).

Assim, a formação docente deve partir do conhecimento da realidade a que o aluno está inserido e através de elementos dessa realidade, organizando ações para melhorar sua prática pedagógica efetivada coletivamente e de forma permanente pelos atores. O momento da crítica sobre a ação é fundamental, pois é através do pensamento crítico de hoje sobre a prática, que se pode melhorar a próxima prática.

As dificuldades se darão em função do despreparo dos educadores atuantes no ensino inicial. Por isso, hoje, você está se capacitando para que no futuro não tenhamos mais surdos com dificuldade de aprendizado e comunicação. Você irá incluí-lo e estará se incluindo ao mundo do silêncio (PINTO, 2010, p. 116).

O desafio então é pensar em formação continuada, tanto para o educador, quanto para o educando. O primeiro, através da análise de suas práticas desenvolvidas diariamente, que através da educação, leva o educando assumir conhecimento deste, organizado com base na educação especial, através dos

elementos que os discentes trazem para o ambiente escolar e outros elementos necessários para sua integração na sociedade.

No entanto é dever do Estado disponibilizar materiais gratuitos, meio de transporte, alimentação etc. em prol do ensino aprendizagem e qualificação para o trabalho.

2.3 Inclusão da criança surda nas escolas de ensino regular

A escola inclusiva, que se preocupa em oferecer condições para que todos possam aprender, é aquela que busca construir no coletivo uma pedagogia que atenda todos os alunos e que compreenda a diversidade humana como um fator impulsionador de novas formas de organizar o ensino e compreender como se constroem as aprendizagens (MANTOAN, 2011, p. 78).

A educação inclusiva foi criada no sentido de atender as necessidades das pessoas com deficiência, ou seja, fazer a escola se adaptar as pessoas dando assistência que ela precise, com o intuito de propiciar o desenvolvimento e aprendizagem do discente com métodos que contemplem e respondam as diferenças, capacidades e níveis de desenvolvimento individuais. O Atendimento Educacional Especializado é forma de ajudar ao surdo a aprender a Língua Brasileira de Sinais (L1) e Língua Portuguesa (L2), utilizando recursos e materiais pedagógicos que o norteiam, sendo obrigatório um instrutor para ensinar a libras e um interprete para facilitar a mediação da conversa, sendo que o surdo compreenda de maneira clara o conteúdo que está sendo ministrado.

O processo de inclusão da criança surda começa na educação infantil com práticas educativas, ações pedagógicas, adaptação curricular direcionado ao tipo de deficiência de cada aluno. O Atendimento Educacional Especial para o discente com surdez, faz uma ponte entre o conhecimento e o potencial dessas pessoas, sendo descoberto o seu desenvolvimento e aprendizagem, para que eles possam ter igualdade de oportunidades e acesso ao que lhe é de direito.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos independentemente de suas dificuldades ou diferenças. A ideia é que as escolas devem adequar-se ao social, ao emocional e a linguística (PINTO, 2010).

Aprendizagem põe em jogo, portanto, uma relação integrada entre o indivíduo e o seu meio, isto é, coloca uma relação inteligível entre condições externas e condições internas, ou melhor, desencadeia um processo sensório neuropsicológico entre a situação (externa) e a ação (interna) (FONSECA, 1995, p. 40).

As interações sociais, a família interagir com a escola, as atividades, a boa comunicação entre os personagens da escola e o aluno, a possibilidade de uma boa vivência social entre todos, tudo isso cria um desempenho importante na formação da personalidade da criança.

A aprendizagem depende, portanto, do desenvolvimento prévio e anterior ao mesmo tempo, que também depende do desenvolvimento potencial do sujeito. Não estão só em causa as atividades que o sujeito é capaz de realizar autônoma e independentemente, mas também as atividades que ele pode aprender com ajuda e a intervenção intencional dos outros, ou seja, ele aprende por humanização, por meio de uma interação e de uma mediação (FONSECA, 1995, p. 96).

O ato de adquirir conhecimentos depende do desenvolvimento prévio que a criança já tem e depende do desenvolvimento da possibilidade da realização do sujeito. E essas atividades dependem da orientação de profissionais, mediando e intervindo quando preciso, pois aprendendo assim ser cidadão evoluído.

A escola como espaço inclusivo, deve ter como desafio o êxito de todos os seus alunos, sem exceção. Assim, ao construir seu projeto político-pedagógico, inspirado nos princípios da inclusão, deverá contemplar em sua renovação o respeito às diferenças (MARTINS *et. al.*, 2010, p. 114).

A escola como espaço de escolarização ao construir o projeto político-pedagógico da escola deve pensar em flexibilidade, pois ao incluir discentes com deficiência a escola tem que se adequar as suas necessidades, pensando na acessibilidade, docentes, que direcionará no processo de aprendizagem tendo em vista um novo olhar em respeito às diferenças.

Muito mais que um plano, o projeto político-pedagógico pode ser considerado como a “carteira de identidade” da escola, evidenciando os valores que cultura, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos, igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa, necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas, para todos (CARVALHO, 2010, p. 158).

A esperança da educação especial é de que cada indivíduo participe livremente dos aspectos sociais, religiosos, estéticos e científicos de sua cultura até os limites de sua capacidade. É preciso abranger, compreender, envolver, implicar, acrescentar e somar.

A elaboração do projeto político-pedagógico para a escola que queremos, a escola com a qual sonhamos, exige que a gestão seja democrática. E com o conceito de educação inclusiva precisa ser mais debatido, creio que convém iniciar as discussões para a elaboração do projeto com esse tema, procurando-se modernizar a cultura da escola a respeito às incertezas (CARVALHO, 2010, p. 105).

Portanto o que resta, o que falta é preparar a escola e o educador para incluir nela e em sua concepção o aluno com deficiência. Tem-se por obrigação de luta contra: a escola especial nas grandes cidades que ainda permanecem atendendo somente o ser especial dito educável e, mesmo assim, esses indivíduos não são devolvidos à sala de aula regular, é quando surgem as classes especiais e as salas de auxílios, que são muito bem vindas a partir do momento que tudo seja bem planejado e estruturado.

Ocorre, infelizmente que as individualidades e personalidades dos indivíduos não são respeitadas, não são levadas em conta pela sociedade, particularmente as pessoas que apresentam qualquer deficiência, isto é, as pessoas com necessidades educativas especiais. Deste modo, o cotidiano escolar de vários grupos de pessoas” (MARTINS et. al., 2010, p. 115).

No mundo em que vivemos existe o multiculturalismo (é o reconhecimento das diferenças, da individualidade de cada um) em meio a uma sociedade preconceituosa, em que as diferenças são ignoradas vista como algo banal, grupos excluídos considerados sem valor, que diferem devido a sua classe e necessidade, então a sua socialização, reabilitação, adequação ao meio é negada e o rumo ao progresso de sua educação interrompido.

A escola exclui as pessoas que apresentam necessidades especiais pelo não acesso, pela não matrícula, pelo atendimento em classes especiais diferenciadas do ensino e classes comuns e no desenvolvimento do processo educativo (MARTINS et. al., 2010, p. 100).

A escola por ser uma instituição de aprendizagem, desenvolvimento, integração e inclusão, ainda tem o comodismo de não querer moldar-se para uma

nova adaptação que é trabalhosa. Na construção de organização, profissionais específicos e conhecimentos.

Educação e reabilitação é tudo o que permite ao indivíduo aprender e reaprender novas aquisições, novas competências e novas atitudes. Tudo o que possa ajudar a crescer, desenvolver e readaptar. Sem educação e reabilitação, os deficientes não poderão atingir uma vida de valor e de significado humano (FONSECA, 1995, p. 67).

Educação é a transformação do indivíduo em sua capacidade de realização e reabilitação; é a recuperação da pessoa em adquirir novos conhecimentos, habilidades em realização, mudanças de atitudes, novas perspectiva de vida, tudo que possa fazer o indivíduo crescer dando condições de melhorias em sua vida. Portanto, educar é um processo de criação, sendo preciso romper com antigos padrões repetitivos dissociados da realidade dos alunos, o objetivo é explorar alternativas que favoreçam a integração do alfabetizando com os conteúdos que lhes serão transmitidos.

No entanto a escola é uma instituição para todos. Ela com apoio do sistema, do repasse das verbas e do cumprimento das leis, inova a sua organização e estrutura, tornando atrativa em vários aspectos a sua clientela, que estará realizada e satisfeita, acontecendo de fato a inclusão.

O atendimento especializado tanto do ponto de vista de quem oferece o profissional que se especializa – como do ponto de vista do sujeito que o recebe e que, como indivíduo, é um ser particular, singular em seus interesses, em suas características pessoais e sociais (CARVALHO, 2010, p. 67).

No Atendimento Educacional Especializado (AEE) as pessoas com surdez fazem sua construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, então o seu conhecimento precisa ser compreendido como uma ligação de relações, na qual as informações funcionam como instrumentos de comunicação e de diálogo. As práticas em sala de aula comum e de recursos devem estar ajustadas por metodologias que estimulem vivências, que levam o surdo a aprender, favorecendo a aprendizagem numa abordagem bilíngue, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais L1 e a Língua Portuguesa como L2.

O AEE deve ser visto como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento (ALVEZ *et. al.*, 2010).

Na construção do ambiente de aprendizagem que estimule o aluno a pensar, questionar, tendo sua autonomia e entrando em conflito com novas ideias, então o professor deve utilizar recursos e vários materiais, estimulando o aluno a instigar conhecimentos no processo de aprendizagem. Ao trabalhar com essa proposta pedagógica os alunos desenvolvem a linguagem. “O professor, ele próprio sentindo-se como um pesquisador, vai naturalmente, estimular o espírito crítico e investigativo de seus alunos, tornando muito prazerosa à escola” (CASTRO, 2003, p. 165).

A prática pedagógica do Atendimento Educacional Especializado está relacionada com as atividades do professor de classe regular, e baseado nesse currículo irá complementar em turno contrário com atividades específicas, para que essa junção tenha significado no processo de aprendizagem, dando sentido na vida do surdo. Percebe-se a falta de despreparo dos professores em atendimento dessas pessoas sem conhecimento das libras, nem planejamento, para desenvolver atividades com significado para o surdo perceber sua dificuldade e fragilidade, sendo importante um intérprete ou professor surdo para sua aprendizagem fluir com rapidez.

A prática pedagógica do AEE parte dos contextos de aprendizagem definidos pelo professor da sala comum, que realizando pesquisas sobre o assunto a ser estudado e elabora um plano de trabalho para desenvolver as atividades complementares com os alunos com surdez (ALVEZ *et.al.*, 2010).

O Atendimento Educacional Especializado está dando suporte aos surdos com metodologias, recursos, práticas pedagógicas e professores capacitados em libras, propiciando uma aprendizagem significativa e acesso na escola de ensino regular. Os professores e alunos recorrem a vários recursos pedagógicos, tais como DVDs, livros, dicionários, materiais concretos a vários, dentre outros (ALVEZ *et.al.*, 2010).

Portanto, as dificuldades se darão diante de despreparo do alfabetizador em ensinar em libras deixando a criança segregada no ambiente escolar. Por isso é importante que se faça um trabalho com essas crianças desde a infância, ou seja, desde a Educação Infantil, para que se consiga estabelecer um trabalho de qualidade. Assim, segundo Pinto:

A inclusão representa, portanto, um grande desafio para as escolas adotando um modelo com ênfase na aprendizagem e não apenas no

ensino. O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos independentemente de suas dificuldades ou diferenças. A ideia é que as escolas devem adequar-se ao social, ao emocional e a linguística (PINTO, 2010, p. 115).

Por isso, o docente deve estar se capacitando para que no futuro não tenhamos mais surdos em dificuldade de comunicação, sociabilização e integração.

2.4 O papel da família no processo de inclusão e aprendizagem da criança surda

Nenhuma mãe, ao engravidar e dar à luz a uma criança espera que ela venha ao mundo com algum tipo de deficiência. É comum a todas as famílias, que ao receber um diagnóstico, a verdadeira vontade é a de ter uma criança normal, sem deficiências ou qualquer problema de saúde. Há sempre o questionamento do que levou a criança a nascer com tal deficiência e de como será a vida, seu cotidiano, se poderá ter uma vida normal.

A família é o primeiro núcleo social onde se inicia a constituição do sujeito, portanto é responsável pelo pleno desenvolvimento do ser humano, cuidando, apoiando e lutando pelos direitos das pessoas com deficiência.

[...] a família é a fonte mais importante para a criança, no aprendizado inicial do relacionamento social. As interações que ela observar, bem como o tipo de respeito que perceber entre os membros da família terão grandes probabilidades de ter uma influência poderosa e para toda vida. (BOESE *et.al.*, 1999, p.208).

A família deve saber dos direitos que foram adquiridos no decorrer do tempo, através das leis que exigem serviços de qualidade na educação e saúde para as pessoas com deficiência. Os pais ao matricular o seu filho na Educação Infantil do ensino regular devem exigir o atendimento especializado ao qual a criança tem direito, nesse caso a surdez, com atendimento em libras no turno contrário, para que o processo de aprendizagem seja satisfatório. Porém a família não pode tomar decisão em obrigar a criança a ser oralizada, o surdo escolhe a maneira de sua comunicação. Com isso, a família dará suporte relacionando com outras famílias que tenha filho surdo, compartilhando suas angústias e inquietações.

Nos primeiros anos, os pais devem ser envolvidos na intervenção com os filhos deficientes, e não só os educadores ou as enfermeiras

de saúde pública (visitadoras). Os serviços e os seus agentes podem permitir, nos casos em que se torna possível, que sejam os pais os primeiros a criar estimulações e outras condições de aprendizagem básica. Aqui cabe aos centros de saúde uma função de formação da população que é importante dimensionar através de pequenos panfletos léxicos – visuais, diaporamas, documentações, filmes didáticos, etc (FONSECA, 1995, p. 212).

Apesar da deficiência de seu filho, os pais têm obrigação de se familiarizar sobre a problemática, buscando informações com especialistas na qual criará estratégias de adaptação ao novo mundo, que a espera e estimulações e condições a sua aprendizagem. Os centros de saúde têm por obrigação da informação, conscientizar a população e a família sobre a deficiência que o indivíduo nasceu no intuito de minimizar os preconceitos e garantir aceitação na sociedade.

A aprendizagem, ao contrário do que pensam muitos responsáveis, não depende só das condições internas inerentes ao indivíduo que aprende, ela constitui o corolário do equilíbrio de tais condições internas (de aprendizagem) com as condições externas (de ensino), inerentes ao indivíduo que ensina (FONSECA, 1995, p. 58).

Deve-se oferecer a estas crianças um ambiente saudável e mostrar, a todos como eles devem contribuir para que não seja formado numa geração preconceituosa. Incluir, que dizer que podemos deixar pertencer, a adaptando-os em os aspectos, mostrando-os o que fazer, para que e com quem utilizar o seu corpo, fazendo-o aprender através de atividades não só específicas, mas transformadas e adaptadas.

A condução eficaz do processo ensino-aprendizagem só é possível porque o professor desenvolveu e interiorizou um conjunto de rotinas, entendidas como um conjunto de procedimentos estabelecidos, que têm como função controlar e coordenar seqüências específicas de comportamentos (CASTRO, 2003, p. 22).

A aprendizagem é imprevisível, cada aluno tem o seu momento e o professor deve dar condição para que o processo de aprendizagem seja concretizado com resultados satisfatórios. O professor deve ministrar o mesmo conteúdo para todos os alunos, observando o desenvolvimento desses alunos e proporcionando práticas pedagógicas adequadas a cada especificidade.

Os pais têm que procurar ajuda de especialistas para aceitar, dar amor e carinho a seu filho que tem necessidades especiais, então a primeira inclusão começa em casa e depois aceitação em diferentes espaços.

É por meio da interação que o ser humano se integra, participa, convive e se socializa. Nesse processo, a família aparece como grande responsável, pois é nela que se inicia a formação social de um ser humano (PINTO, 2010).

Ao analisar o desafio e dificuldades da inclusão da criança surda na escola de ensino regular, nota-se o despreparo do professor em práticas inclusivas. O Atendimento Educacional Especializado ajudará no processo de inclusão, desenvolvimento e aprendizagem dos surdos, desempenhando um trabalho de parceria entre professor de sala comum e professor do AEE.

As famílias vêm compreendendo mudanças que acarretam na exigência de serviços de qualidade na educação para seus filhos surdos, pois, por vários anos essas famílias se viram sem voz aguardando que outros determinassem sobre o futuro educacional de seus filhos sem saber qual seriam a melhoria e a qualidade (PINTO, 2010, p. 99).

Diante de tantas lutas e mudanças, as famílias conseguiram seus direitos e garantias ao acesso na escola de ensino regular de modo que sua conquista nesse processo vai favorecer oportunidades de entrosamento na sociedade, compreensão, adaptação, trocas de ideias, construção, enfim, surgirá mecanismos que permeia o seu desenvolvimento.

O cumprimento desse direito deve estar introjetado em cada um dos que trabalham na escola, não mais por piedade, filantropia ou porque são ordens a serem cumpridas. A fase de debates e análises que deve anteceder à redação do projeto político-pedagógico tem, dentre seus objetivos, a mudança de atitudes frente às diferenças dos alunos, particularmente quando são mais significativas (CARVALHO, 2010, p. 107).

A família tem o papel importante no desenvolvimento da criança, dando suporte, mantendo um bom relacionamento na qual a criança se adaptará ao mundo e as pessoas que nele vive. A família tem o poder de dificultar ou auxiliar na vida do surdo, e a escola tem o papel de aproximar e envolver o professor que o conduzirá ao aprendizado. E sua comunicação dependerá de seus pais em sua escolha da comunicação por libras, e também acompanhado na escola em sua integração e inclusão.

As barreiras para a aprendizagem e para a participação dizem respeito à construção de conhecimentos, bem como às interações dos aprendizes entre si, com seus educadores, familiares e com os objetos do conhecimento e da cultura (CARVALHO, 2010, p. 73).

A família ainda é um dos responsáveis na aprendizagem de seu filho, porém alguns pais são iletrados ou não querem ajudar, achando que o processo de aprendizagem é tarefa apenas da escola. Existem famílias que não participam da escolarização, e também a questão da escola não os convidar no processo decisório para ouvir e contribuir com mudanças significativas no futuro educacional de seus filhos.

A herança da escola nova, enriquecida pelos avanços obtidos com o uso das tecnologias educacionais e isenta de seus ranços positivistas ou funcionalistas, pode nos auxiliar na virada de mais uma página de nossa história das concepções teóricas sobre educação (CARVALHO, 2010, p. 32).

Com a mudança de uma escola voltada para o novo, a alfabetização é a criação ou a montagem escrita, da expressão oral. As palavras vêm através da leitura de mundo, a prática escolar deve aproximar-se o máximo possível da sua prática social. Então os grandes avanços estão entrelaçados com as práticas educacionais que são adquiridas pelo docente no decorrer de suas experiências.

Certamente um professor que engendra e participa da caminhada do saber com seus alunos e mediado pelo mundo consegue entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um provocar a construção do conhecimento com maior adequação (MANTOAN, 2011, p. 63).

Portanto, um professor que projeta situações voltadas ao educando e participa da construção se atentará para as dificuldades de cada um e logo buscará soluções, interferindo quando necessário e mediando o aluno para assimilar e formar seu próprio conceito.

“A construção de uma comunidade escolar começa com aprendizagem que ocorre quando pessoas que estão separadas se encontram face a face, descobrem uma à outra e começam a adaptar-se mutuamente” (STAINBACK; STAIBACK, 1999, p. 54).

Quando falamos de inclusão é importante ressaltar a construção da comunidade escolar, que começa da aprendizagem do relacionamento entre as pessoas ditas normais e os deficientes, se descobrindo, adaptando, acontecendo uma relação mutua e deste modo o ciclo de aprendizagem vai acontecendo, dando respaldo à transformação de um novo modelo de organização escolar, novas ferramentas. Em relação ao professor com sua expectativa na chegada de um

deficiente, este vai conduzindo, tendo a consciência que serão necessárias novas habilidades, planejamento e nova maneira de lidar com as diferenças.

Diante das diferenças e aceitação vieram os benefícios que os alunos inclusivos conseguiram que vai desde educação infantil até o ensino superior, perpassando a descoberta de pontos em comum com pessoas que age de maneira diferente, promoção de igualdade, superação de segregação, superação do medo, resolução de problemas, alta estima, inclusão na sociedade, etc.

A família é a fonte mais importante para a criança, no aprendizado inicial do relacionamento social. As interações que ela observar, bem como tipo de respeito que perceber entre os membros da família, terão grandes probabilidades de ter uma influência poderosa e para toda a vida (BOESE *et. al.* ,1999, p. 208).

A família por está mais próximo da criança tem a responsabilidade de condutas adequadas para que a interações com outras pessoas sejam de respeito, acolhimento, amizade, inclusão, integração, e a criança sinta-se aceita pela comunidade ouvinte, amada, feliz, e avance em seu processo de escolarização. É na família que se inicia a formação social do ser humano, pois os pais por sua vez tem a obrigação de estabelecer uma comunicação na qual a sua mediação ajudará a ser um agente construtivo independente. Por fim a escola é o meio que favorece oportunidades para que a criança possa desenvolver, construir suas ideias, incluir na sociedade e relacionar-se com outras pessoas.

A percepção negativa de pessoas com deficiência surge no início do processo de avaliação, quando profissionais ansiosamente garantem aos pais a confidencialidade das informações que estão sendo reveladas e compartilhadas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 415).

O negativismo já é íntimo do ser humano quando se sente incapaz, vem regrada de preconceito da própria sociedade, que espera pessoas que sejam capazes de realizar atividades independentes, sem tanto auxílio do outro para conduzir em consequência e obter o sucesso. A família por sua vez acaba acreditando em profissionais porque são únicas pessoas que lhes dão atenção, e suas avaliações são feitas dando um diagnóstico analisado. Tendo a certeza por serem especiais são incapazes de evoluir em sua vida. Então os pais vão construindo um mundo para o seu filho e nele criando baixa perspectiva e expectativa no mundo competitivo, colocando obstáculos ao seu progresso.

Se aplicarmos simplesmente o bom senso, vamos perceber que aprendizagem é uma atividade da vida toda e que única coisa que chegou ao “ponto máximo” é a estratégia de ensino ou a experiência dos que estão prestando esse serviço (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 416).

Os pais são as pessoas que desempenham um papel fundamental na vida de seu filho, acreditando que sua aprendizagem não está limitada, mas dando condição de aguçar as especificidades e acreditando na habilidade de seu filho, motivando em sua construção de conhecimento, conscientizando que a aprendizagem é algo contínuo. O educador por sua vez deve refletir sobre a realidade da criança, tomando postura em relação à vida, a sociedade, a escola, interagindo com práticas educativas para que venha produzir sentido.

O docente deve estar embasado teoricamente para apontar métodos que despertem na criança surda, o desenvolvimento, a criatividade e o interesse em querer saber sempre mais. No entanto, os pais devem proteger seu filho afastando as pessoas com percepções negativas em sociedade, garantindo expectativas elevadas, com objetivos para o futuro e planejamento que muda todas as decisões. A sua visão deve ser revisada e compartilhada com grandes serviços que sejam individualizados e não determinados pelo sistema, com mudança de expectativa positivas e nunca deixando de sonhar com uma visão de melhorias.

Nós, pais, que lutamos para proteger nossos filhos dos outros através do silêncio precisamos interromper o ciclo de ignorância da sociedade, assumindo um risco e compartilhando nossos filhos com os demais, permitindo aos outros acessos às informações e à apreciação do que já possuímos, para que possam participar um pouco dos dons e das realizações de nossos filhos (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 416).

Educar é ao ato de evolução do ser humano na qual a família, os deficientes e seus pais devem superar a ignorância da sociedade, agregando seu filho na sociedade, compartilhando conhecimentos com outras crianças, brincando, dialogando, aprendendo, superando o medo, contando as realizações e experiências de seu filho, a deficiência, a necessidade e estando sempre consciente de que as realizações de seu filho devem ser valorizadas.

Embora a luta da família em prol da aceitação, as lacunas de informações, a comunidade sobre a aceitação do deficiente não são significativas,

tão pouco a junção de educar alunos com deficiência em salas de aulas e escolas de educação regular.

3 CONCLUSÃO

A LDB (9394/96) determina a inserção da Educação Infantil na Educação Básica, como sua primeira etapa, no reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da Lei: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar – lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer – lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

As escolas brasileiras, em todos os níveis e modalidades, buscam meios para viabilizar os princípios da Educação Inclusiva e a Educação Infantil, foco desse estudo, também reveem e discutem o meio de superar os conceitos associados a origem assistencialista desses segmentos educacionais. Vale destacar, que a Educação Infantil, também acompanha um processo de mudança paradigmática, tal como a Educação Especial decorrente da sua origem classista e segregadora.

Em virtude do que foi mencionado no referente artigo, foi concluído que inclusão da criança surda é um processo de inserção que supre as suas especificidades acompanhando de forma contínua todas as atividades educacionais desenvolvidas em sala de aula e em sala de recursos.

Contudo o processo de ensino é um fator importante e seu objetivo principal é aquisição de conhecimento por essa clientela, nesse sentido, é imprescindível que o educador enxergue o educando enquanto sujeitos do próprio processo de aprendizagem, observando que este educando na história da educação tiveram seus direitos negados de acesso e permanência a escola.

A inclusão da criança surda se encontra diante de antigos e novos desafios postos como forma de repensar a educação e sua função em todo o Brasil. Torna-se necessário repensar políticas e práticas que levem em consideração a formação do professor para essa modalidade de ensino dentro do atual processo de desenvolvimento da sociedade de forma que, as crianças surdas tenham a possibilidade de acesso e permanência nos sistemas de ensino, enquanto sujeitos de direito e com consciência de que a educação é um ato permanente, na qual

docentes e discentes atuam como agentes do processo de ensino e aprendizagem, trocando e valorizando as experiências um do outro, pensando uma educação na qual os educandos não se limitam apenas ao saber ler e escrever, mas seres de autonomia.

Para desenvolver uma auto-identidade positiva, um indivíduo necessita de oportunidades para exercer suas escolhas. Os indivíduos precisam exercer a escolha sobre suas amizades e suas filiações a grupos. Para permitir essas escolhas, as escolas e a comunidade em geral precisam ser flexíveis, adaptativas e sensíveis às necessidades singulares de todos os seus membros (STAINBACK; SATALINBACK, 1999, p. 412).

Nesse sentido, foi entendido que a função da inclusão deixa de ser apenas a de garantir às pessoas a entrada no mundo letrado, ou assumir domínio de tecnologias e conhecimentos produzidos pela humanidade. O processo de exclusão dentro dessa sociedade dando condições às pessoas de se enxergarem como pessoas de valor.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa; DAMÁZIO, Mirlene Macedo; FERREIRA, Josimário de Paula. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: Ministério da Educação: Secretária da Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. (volume 4)

BOESE, Robert; CARBIN, Clifton; FREEMAN, Roger. **Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas**. Brasília: Ministério da Justiça: Secretaria do Estado dos Direitos Humanos: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- CORDE, 1999.

BRASIL. **Artigo nº 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/com1988/con1988_05.10.1988/CON1988.shtm>. Acesso em: 29 mai. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivi-03/-ato2014-2006/2005/decreto/d5626.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2011. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dez de 1996**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 10 nov. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 29 mai. 2014.

CARVALHO, Rosita Elder. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CASTRO, Adriano Monteiro [et al.]. **Educação especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias Feuerstein**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MANTOAN, Teresa Egler. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, Araújo Ramos [et al.] (Orgs). **Inclusão compartilhando saberes**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: Histórias políticas e públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEC. Ministério da Educação. **Censo Escolar 2003**. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 abri. 2014.

MEC. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1995. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 08 Set. 2014.

PINTO, Daniel Neves. **Língua brasileira de sinais – LIBRAS**. Aracaju: UNIT, 2010.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri e BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de (orgs.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. Editora: Avercamp, São Paulo, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.